

A máquina de fazer espanhóis:
sentidos críticos da história portuguesa no resgate da memória

A máquina de fazer espanhóis:
critical senses of portuguese history in the rescue of memory

Leila Cunha RAPOSO¹
Inara de Oliveira RODRIGUES²
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

RESUMO: Considerando-se o estudo do texto literário que revisita o passado como um caminho para a compreensão do que as memórias revelam também acerca do tempo presente, desenvolve-se uma análise sobre o romance **máquina de fazer espanhóis** (2011), de valter hugo mãe³, problematizando-se como as memórias nele apresentadas permitem refletir a respeito tanto do passado quanto do atual contexto sócio-histórico e cultural português. Para tanto, a base teórica do estudo sustenta-se, principalmente, nas perspectivas crítico-teóricas de Chartier (2010), Le Goff (1994), Halbwachs (2006) e Namer (2004), definindo-se a pesquisa como qualitativa e eminentemente bibliográfica. Desse modo, o percurso analítico empreendido trata de verificar como Silva, o narrador protagonista, ao rever sua trajetória de vida, questiona certa tradição do imaginário social português e desvela as relações de poder como fundamentos dessa tradição.

PALAVRAS-CHAVE: Romance português contemporâneo; Relações história/ficção; Memória.

ABSTRACT: considering the study of the literary text that revisits the past as a path to understanding than the memories also reveal about the present time, develops an analysis of the novel **a máquina de fazer espanhóis** (2011), of valter hugo mãe, questioning about how the memories presented brought to reflect on portuguese past and current socio-cultural and historical. For both, the theoretical basis of the study is supported primarily on critical-theoretical perspectives of Chartier (2010), Le Goff (1994), Halbwachs (2006) and Namer (2004), by setting the qualitative and eminently bibliographical research. Thus, the analytical path undertaken comes to see how Silva, the protagonist narrator, while reviewing his life trajectory, questions some Portuguese imaginary social tradition and unveils the power relations as fundamentals in this tradition.

KEYWORDS: Portuguese contemporary romance; Relationship history/fiction; Memory.

INTRODUÇÃO

A partir da noção de que as narrativas de memórias denotam uma presentificação do passado na sociedade ocidental contemporânea (HUYSSSEN, 2000), entende-se o estudo do texto literário que revisita o passado como um caminho para compreender o que essas memórias revelam também acerca do tempo presente.

Com essa perspectiva, desenvolve-se o estudo sobre as relações entre ficção, história e memória no romance **a máquina de fazer espanhóis** (2011), de valter hugo mãe, problematizando-se como as memórias nele apresentada permitem refletir sobre o contexto sócio-

¹ Mestre em Letras, PPGL em Linguagens e Representações – UESC, Professora do Instituto Federal Baiano. E-mail: leila_literatura@hotmail.com

² Professora Doutora do Curso de Letras e do Mestrado em Letras Linguagens e Representações – UESC. E-mail: inarabr23@gmail.com

³ Manteve-se a grafia adotada pelo autor na apresentação do seu nome, título e enredo do romance **a máquina de fazer espanhóis**.

histórico e cultural contemporâneo de Portugal. Trata-se de verificar que Silva, o narrador protagonista do romance em foco, ao rever a realidade portuguesa vivenciada durante a ditadura de Salazar, questiona certa tradição do imaginário social português e desvela as relações de poder como fundamentos dessa tradição.

Para tanto, inicialmente apresenta-se uma discussão teórica sobre os principais aportes que embasam a análise, para, sequencialmente, efetivar-se a proposta de leitura crítica sobre o romance em foco, de acordo com a temática elencada. Nesse sentido, considera-se relevante observar que, mesmo no âmbito da ficcionalidade, as memórias relatadas cumprem o papel de recordar uma temporalidade, o que não deixa de representar um ato social por meio do qual uma coletividade situa no tempo e no espaço determinados eventos que têm para ela um significado, evidenciando perspectivas críticas sobre a história.

Desse modo, reafirma-se a importância desempenhada pela memória na evolução humana e a da linguagem na constituição da cultura, destacando que o romance **a máquina de fazer espanhóis** permite leituras acerca das dicotomias entre o indivíduo e a sociedade, por um lado, e pretérito e presente, por outro.

Mãe, que artisticamente prefere ter seu nome grafado em letras minúsculas, escritor português nascido em Angola, no período em que esse país ainda era colônia portuguesa, adota na prosa um estilo fluente, marcado por traços da oralidade, com cenas que trazem a representação de um tempo contínuo, oscilante entre rememorações e presente. Destaca-se também o escasso uso de pontuação, sem diferenciar, na maioria das vezes, letras maiúsculas das minúsculas, e a adoção de um fluxo narrativo rápido.

Lançado em Portugal no ano de 2010, o romance em estudo tem em António Jorge Silva, um senhor de 84 anos, o referido narrador-personagem que, na abertura do enredo, encontra-se angustiado em um hospital, à espera de notícias de Laura – sua companheira por 54 anos. Informado, por fim, que sua esposa falecera, à dor do octogenário soma-se a insegurança e rancor de ser levado para um asilo por intermédio de sua filha. Esses sentimentos vividos na velhice suscitam lembranças de um tempo passado, no qual outros sofrimentos também foram intensamente sentidos em razão do período da ditadura salazarista.

Assim, a partir do relato memorialístico ficcional, cujo enredo inter-relaciona literatura, história e memória, António Silva revisita de modo questionador a história lusitana. Pela configuração desses relatos, torna-se possível analisar traços de uma memória que é, a princípio, individual, mas também se mostra coletiva ao desvelar as incontornáveis relações entre o mundo da ficção e o mundo da vida.

1 OS SENTIDOS DA MEMÓRIA NOS ENTRECRUZAMENTOS DA HISTÓRIA/FICÇÃO

De acordo com Roger Chartier (2010, p. 21), na atualidade, os historiadores sabem que “o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado”. Desse modo, “as obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história” (CHARTIER, 2010, p. 21).

Pode-se perceber, assim, o imbricamento entre a história, a ficção e a memória como meios de representação/revelação do passado. Desse modo, a memória, seja ela coletiva ou individual, tanto servirá como fonte para as narrativas históricas quanto também será elemento desencadeador de narrativas literárias, as quais podem ser baseadas na rememoração de experiências vividas pelo sujeito que rememora seu passado ou na representação de lembranças que foram experienciadas por determinada geração e narradas por seus descendentes. Nessas memórias narradas, destaca-se que o lembrar do passado está diretamente inter-relacionado à

representação da história, ao modo como essas gerações interseccionam sua subjetividade ao contexto histórico referido.

Entretanto, ainda que sejam claramente relacionadas, Chartier (2010), apoiado na obra **A memória, a história, o esquecimento**, de Paul Ricoeur, estabelece três pontos primordiais como diferenciadores entre a história e a memória. A primeira diferença “é a que distingue o testemunho do documento” (CHARTIER, 2010, p. 21). Nesse caso, o relato está intrinsecamente ligado a uma testemunha e necessita da credibilidade dessa pessoa que apresenta suas memórias e da confiança a ela chancelada. Por sua vez, o documento refere-se à história e, por ter uma certificação oficial, mostra-se como um indício verificável dos vestígios do passado comum a todos, passível de comprovação e imparcialidade.

Chartier (2010, p. 22) pontua, como segunda diferença, a oposição entre “o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica”. Essa oposição tanto pode ocorrer em razão da explicação das regularidades e causalidades, as quais são desconhecidas dos atores, como também da explicação pelas razões, as quais seriam vistas então como estratégias desses atores. Essas condições retomam, de acordo com Chartier (2010), as modalidades da compreensão historiadora, visto por Ricoeur sob a ótica da noção de representação, a qual também teria uma função ambígua.

Como último ponto diferenciador entre a história e a memória, Chartier destaca a oposição entre “reconhecimento do passado e representação do passado” (CHARTIER, 2010, p. 22), com base na noção de que ao imediatismo fidedigno da memória se oporia à intenção de verdade da história, pautada em documentos e outras fontes históricas verificáveis.

Sequencialmente, Chartier questiona qual seria o modo de certificar a representação histórica do passado. Como resposta, apoia-se em Ricoeur e retoma a noção de representância, explicitando que a operação historiográfica compõe-se de três fases: “o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação e a colocação em forma literária” (CHARTIER, 2010, p. 23). Além dessas fases, há também a referência “à certeza da existência do passado, tal como a assegura o testemunho da memória” (CHARTIER, 2010, p. 23), o que determinaria uma maior aproximação entre a história e a memória, resultando no imbricamento entre esses elementos, os quais podem ser ainda mais entrecruzados ao se coadunarem à ficção. Entretanto, é preciso ressaltar que mesmo com as aproximações possíveis, “a memória e a história continuam sendo incomensuráveis” (CHARTIER, 2010, p. 24), conservadas as peculiaridades de cada uma dessas instâncias e o caráter equitativo entre as duas, sem que haja prioridade ou superioridade entre elas.

No tocante à representação do passado e à configuração da memória, Le Goff (1994) observa que a primeira envolve diretamente a representação de memórias, sejam elas individuais ou coletivas. Isso porque é preciso considerar que a memória, enquanto propriedade de conservar “certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1994, p. 423).

A representação das memórias sugere, dessa forma, uma relação de ausência/presença, retomada na narrativa a partir das imagens suscitadas que tanto podem evocar ausências quanto, por meio de lembranças, podem presentificar tempos remotos ou reconstruir determinadas informações, por exemplo. Apoiado em Pierre Janet, Le Goff (1994) destaca que o ato de memória fundamental vem a ser o comportamento narrativo, dada a função social desse ato, voltado a comunicar ao outro uma informação, na ausência do acontecimento/fato do objeto da narração.

Para Le Goff (1994) há, portanto, uma aproximação entre linguagem e memória, dado que a primeira é utilizada como meio de expressão da segunda. Antes que se referencie a linguagem verbal ou não-verbal, porém, há uma espécie de linguagem própria para o armazenamento da memória, que

transcende os limites de um corpo físico ou de determinada coletividade e se estende à toda a sociedade, por meio das expressões culturais humanas.

Le Goff (1994) destaca o conceito básico de memória a partir do pensamento de Leroi-Gourhan: “Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos (LE GOFF, 1994, p. 425). As concatenações referenciadas são, de modo constante, reconstituídas em narrativas que marcam tanto uma memória individual quanto social. Em relação a essas construções narrativas, deve-se salientar o seu caráter subjetivo visto que estão sujeitas às “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual” (LE GOFF, 1994, p. 26). No que concerne às memórias coletivas, elas interferem ainda no processo narrativo dos jogos de poder, visto que narrar uma memória é também enfatizar ou tentar apagar determinados fatos de um contexto vivenciado e, assim, marcar uma força política na história de determinada sociedade. Para Le Goff (1994, p.426),

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Observa-se, assim, que nessa disputa pelo direito à narração das memórias e o direito a orientar o que deve ser esquecido ou lembrado, o próprio ato de narrar as memórias torna-se tanto um instrumento de resistência quanto simboliza a representatividade do poder.

No que concerne, por sua vez, ao modo como uma memória pode ser formada, Pollak (1992) afirma que essa constituição se desenvolve por elementos fluídos, submetidos a constantes transformações e flutuações, como também por marcos invariantes, os quais podem ser definidos enquanto “acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente” (POLLAK, 1992, p. 3). Com base nessa perspectiva acerca das possibilidades de uma pessoa vivenciar um acontecimento, compreende-se a ocorrência do fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado. Desse modo, a partir da identificação gerada, afirma-se a possibilidade de uma memória herdada.

Segundo Maurice Halbwachs (2006), ainda que a faculdade da memória esteja ligada a um sujeito físico, representativo de um corpo ou cérebro individual, pode-se falar em memória coletiva. Para esse autor, é preciso ensaiar um exercício imaginativo no qual se observe tanto as memórias individuais se agrupando em torno de um indivíduo quanto se distribuindo dentro de uma sociedade e, a partir daí, compreende-se as noções de memória individual e memória coletiva: “Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memória” (HALBWACHS, 2006, p. 71), as quais se interpenetram e constituem a memória social de um grupo ou de uma comunidade.

De acordo com o sociólogo francês, entre esses dois tipos de memória, a primordial seria a coletiva, visto que a individual só ocorreria ao perspectivar a coletividade. Do mesmo modo, em relação à singularidade das memórias individuais, para Halbwachs essa composição é casual e arbitrária, mas sempre originada pelos quadros sociais nos quais a vida do indivíduo se desenvolvia. De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), Halbwachs defende que quaisquer que sejam as lembranças do passado que a pessoa tenha, ainda que pareçam resultar de sentimentos, pensamentos e experiências pessoais, só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. Observa-se, portanto, que o pensamento do sociólogo francês privilegia, em sua análise a memória coletiva.

Gérard Namer, em *Postfácio a Maurice Halbwachs*, publicado em recente edição da obra *Los marcos sociales de la memoria* (2004), analisa que, na tese do sociólogo francês, a memória de

uma classe é compreendida como um sistema de classificação social. Em sua análise, Namer (2004) afirma que para equivaler o pensamento coletivo à memória coletiva foi necessário transcender os limites religiosos e colocar como ponto basilar a normatividade ética familiar, a qual ele nomeia como “espírito familiar”, usando a mesma terminologia de Halbwachs. Esse espírito seria, pois, o orientador do agir individual, sob a condição social, visto que a família é a primeira instituição que normatiza a conduta social do indivíduo e lhe determina noções como honra e moral, contingenciando a formação identitária e impondo valores que se desenvolvem no seio familiar. Ademais, à medida que cresce, a pessoa gradativamente se insere em outros quadros sociais e, a partir deles, ocorre uma interação entre os diferentes marcos da memória, os quais funcionam como pontos de referência para a sua construção/reconstrução, visto que eles seriam orientadores das recordações e norteadores da localização de lembranças, como, por exemplo, os acontecimentos públicos e as festas, fatos que marcam a inter-relação social.

Desse modo, compreende-se que, para a formação da memória coletiva, precipuamente o indivíduo será contingenciado pelas instituições sociais como o parentesco, a comunidade, a religião, a organização política e a classe social. Assim, em relação à obra de Halbwachs (2006) e, tendo em vista a imprecisão vocabular do sociólogo francês quanto ao uso dos termos marcos sociais e coletivos, Namer opta por definir o que seria cada uma das correntes (social e coletiva) e considera que a primeira seria a memória na qual a tradição não tem suporte no grupo, mas sim no periódico. Por sua vez, quanto à memória coletiva, Namer (2004, p. 398-399) a define como “en el estricto sentido la memoria de un grupo o de una sociedad y en el más amplio sentido, la memoria de la sociedad nacional que integra todas las sociedades particulares”⁴. Salienta-se que essas memórias coletivas, tanto em sentido restrito quanto amplo, diferem-se da história, ainda que estejam diretamente correlacionadas ao contexto histórico vivido pela coletividade e claramente inter-relacionadas com as instituições sociais que cerceiam esses grupos.

Não raro, na contemporaneidade, a narrativa literária traz, em seu enredo, um sujeito marcado por memórias nacionais, mas que, diante de contextos diversos, se põe a problematizar essas memórias numa revisitação ao passado. A partir de fatores variados, esse eu narrativo se vê descentrado e, assim, questiona as tradições nacionais das quais é fruto ou, ao menos, põe em revisão questões socioculturais a partir de relatos memorialísticos. Como a sociedade atual é marcada por uma multiplicidade de grupos sociais, aparentemente, tanto essas narrativas quanto a própria conjuntura social dão a entrever uma perda do sentido dessa totalidade nacional em contraposição à fragmentação, aos conflitos e às diversas identificações dos sujeitos sociais. Entretanto, ainda assim, há uma busca pela interação, por uma coesão em meio à diversidade e esse se tornou um dos questionamentos que envolvem as memórias e as representações sociais contemporâneas: mesmo em meio aos múltiplos conflitos, como manter laços de interação? (MENESES, 2007).

Ao revisitar e questionar as memórias nacionais e, portanto, coletivas, o sujeito contemporâneo suscita uma antiga questão que continua a permear as ciências sociais: o lugar da subjetividade na composição dessas memórias ou a importância da memória individual. Salienta-se, contudo, que essa ainda é uma questão em aberto, cujas respostas e explicações estão sendo construídas e postas em debate. Trata-se, assim, de reconhecer que os estudos contemporâneos das Ciências Sociais conduzem a subjetividade ao cenário das pesquisas sobre memória e isso reitera a noção de reconstrução subjetiva do passado, enfatizando, desse modo, o aspecto construtivo da memória. Compreende-se, portanto, que na relação passado/presente, suscitado pelos estudos de memória, o passado vivido, de modo geral, continua a ser aquele que é percebido pelos indivíduos em interação no presente, delineando, assim, a subordinação do tempo passado.

⁴ “em sentido restrito a memória de um grupo ou de uma sociedade e, em sentido mais amplo, a memória de uma sociedade nacional que integra todas as sociedades particulares” (NAMER, 2004, p.398-399).

Ainda sobre esse último aspecto, Beatriz Sarlo (2007, p. 67) enfatiza que, ao admitir-se a possibilidade “de uma reconstituição do passado, abrem-se as vias da subjetividade rememorativa e de uma história sensível a ela”. Assim, numa perspectiva em que se valoriza a subjetividade das experiências narradas, é possível observar que a narração dá sentido ao passado por seu caráter de autenticidade diante da experiência vivenciada, ainda que essa experiência tenha sido vivida pelo outro e recontada a partir dos relatos memorialísticos. Com base nessa relação de um tempo passado que se apresenta continuamente no tempo presente, destaca-se, desse modo, que “o tempo *próprio* da lembrança é o presente” (SARLO, 2007, p.10, — grifo da autora), sendo as lembranças involuntárias e originadas a partir de uma relação entre presença e ausência. Além disso, a pesquisadora salienta o aspecto fragmentário, subjetivo e plural da memória. Essa característica fragmentária origina-se tanto do caráter seletivo e, portanto, subjetivo que uma narrativa memorialística pode ter quanto também está ligada às lacunas que inevitavelmente aparecem nas fontes que servem como base para o relato da memória.

Por sua vez, a subjetividade do relato está essencialmente ligada à individualidade do sujeito e ao modo como ele escolherá os aspectos a serem ressaltados em sua narrativa, o que desencadeia, também, a característica plural dos textos memorialísticos, visto que cada indivíduo fará o seu relato de acordo com a sua experiência vivida. É preciso ressaltar que o experienciar das situações pode ocorrer tanto de modo concreto quanto de modo mais subjetivo, a partir da identificação com as memórias de outrem.

Essa identificação vem sendo muito estimulada nas sociedades ocidentais a partir de numerosas publicações no campo das artes e das ciências sociais e humanas com foco nas narrativas de memórias, como indica Sarlo (2007). O incentivo a essas publicações atende a um desejo de mercado, mas, também, a uma preocupação social pautada na ideia da necessidade de salvaguardar memórias, as quais tanto podem ser vividas ou recriadas por meio da ficção. De acordo com Huyssen (2000, p. 9), essa emergência da memória como preocupação cultural e política é um fenômeno surpreendente, pois “caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX”.

Acredita-se, desse modo, na pertinência da análise deste romance de valter hugo mãe, narrado por um protagonista idoso que rememora sua história de vida. Analisando-se os questionamentos desse narrador personagem, entende-se como relevante reafirmar que, no entrelaçamento entre a ficção, a história e a memória, erige-se a potencialidade da literatura em revisitar a complexidade de um passado que não cessa de, no presente, interpelar o futuro.

2 A HISTÓRIA DE PORTUGAL REVISITADA EM *A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS*

No momento em que António Jorge Silva está aguardando por informações sobre Laura, o atendente do hospital, também Silva, Cristiano Silva, tenta estabelecer uma conversa com o protagonista e já aí se discute sobre a história portuguesa ao ser referenciada a relação entre Portugal e Espanha, direcionada para uma problematização acerca de o que é “ser português”. O Silva atendente mostra-se um entusiasta da europeização, como se essa fosse a grande solução para a crise vivenciada em Portugal. Na voz do recepcionista, a afirmação de sua identidade: “a mim ninguém me apanha diminuído como outrora, somos europeus, eu sou um silva da europa”⁵.

⁵MÃE, valter hugo. **a máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.13 – registra-se que o autor não utiliza, na maioria das vezes, letras maiúsculas em seu texto. Todas as demais citações foram retiradas dessa edição, passando-se apenas a indicar o número das respectivas páginas.

Por sua vez, António Silva mostra-se reticente tanto quanto ao momento vivenciado em Portugal, em virtude do que ocorrera antigamente, quanto a todo esse entusiasmo de Silva pela Europa. O narrador, ao vivenciar as necessidades do seu novo presente – sem a esposa e num asilo – volta-se às muitas dificuldades que teve no passado e relembra o quanto foi doloroso construir sua vida em Portugal durante o Estado Novo. Silva, influenciado pelas perdas consecutivas que sofre, observa de modo pessimista a sua realidade, sem perspectivas, e atribui isso à época manipulada por Salazar e pela Igreja. Na formação social e identitária nacional portuguesa, muitos símbolos foram apresentados e consagrados como ídolos, a exemplo de Amália Rodrigues, a cantora dos fados de Portugal, ou mesmo a imagem de nação gloriosa que se fortaleceu através do time de futebol Benfica. Em sua narração, Silva analisa o impacto desses ícones na vida e na memória dos portugueses e os delinea como mais um instrumento de manipulação, uma forma de desviar a atenção do povo das questões políticas para impor às pessoas a imagem de uma nação ordeira e pacífica, em cujo cenário importava ser um homem de bem. Não por acaso, Silva inicia a narração afirmando:

somos bons homens. não digo que sejamos assim uns tolos, sem a robustez necessária, uma certa resistência para as dificuldades, nada disso, somos genuinamente bons homens e ainda conservamos uma ingénuo vontade de como tal sermos vistos, honestos e trabalhadores (p.11).

Nessa passagem é possível observar que o protagonista, desde o início da narrativa, problematiza características culturais de seu país, como, por exemplo, a noção de que os portugueses devem ser bons homens, ordeiros e pacíficos, obedecendo, assim, ao que fora ensinado na ditadura salazarista, quando o líder político assumia a função de pai do povo e ordenava o bem comum, a responsabilidade dos cidadãos em agirem em nome da pátria e se conformarem com a condição ditatorial. Salienta-se que esse fragmento citado está no primeiro capítulo, que é intitulado “o fascismo dos bons homens”. O próprio título já indicia a problematização acerca do salazarismo, visto que os portugueses são culturalmente conhecidos por serem pacíficos – imagem que fora vendida e construída durante o período salazarista – e a palavra fascismo denota um regime nacionalista e ditatorial, caracterizado pelo cerceamento da liberdade dos cidadãos.

Para o historiador português Fernando Rosas (2001), durante o Estado Novo, houve a tentativa, por parte do governo, de construir um novo homem, o homem estadonovista, com um pensamento calcado na inter-relação entre o Estado e a Igreja:

[...] o salazarismo neste período da sua história, assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentou, também ele, ‘resgatar as almas’ dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, ‘no pensamento moral que dirige a Nação’, ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’, de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador (ROSAS, 2001, p.1032).

A afirmação de Rosas acerca do projeto ideológico do salazarismo confirma o discurso de Silva em relação à subjugação dos portugueses durante esse período político. Ademais, essa criação de tipos de portugueses referenciada por Rosas alude à imagem dos “bons homens” que Silva ressalta. Para o historiador, o projeto político do Estado Novo era o de firmar “uma ideia mítica de ‘essencialidade portuguesa’, transtemporal e transclassista [...] e a partir da qual se tratava de ‘reeducar’ os portugueses” (ROSAS, 2001, p. 1034). Desse modo, baseado na ideia de educação direcionada para a essência do povo português, esse discurso foi construído a partir de alguns mitos ideológicos fundadores. Rosas concentra sua análise em sete mitos, a saber: mito palingenético, mito do novo nacionalismo, mito imperial, mito da ruralidade, mito da pobreza honrada, mito da ordem corporativa e, por fim, mito da essência católica da unidade nacional. A esse estudo, interessa analisar de modo mais detalhado alguns desses mitos e observar como eles são representados e discutidos por Silva na sua narração.

Ainda que o narrador concentre suas lembranças a partir do ano de 1950, é preciso salientar que o Estado Novo foi implantado em Portugal em 1933 e durou 41 anos, nos quais durante a maior parte do tempo quem esteve no comando do governo foi António de Oliveira Salazar. Mais precisamente, Salazar governou até o ano de 1968 e, posteriormente, foi substituído por Marcello Caetano. Entretanto, a narrativa de Silva enfoca de modo mais incisivo o período governado por Salazar e, foi durante o mandato dele que os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo foram implantados e divulgados como verdades essenciais para os portugueses.

Segundo Rosas (2001), o mito palingenético é o primeiro sobre o qual se funda o discurso do Salazarismo, dada a necessidade de implantar a ideia de recomeço, de “renascença portuguesa”, em virtude do contexto histórico. Era preciso suplantar “a ‘decadência nacional’ precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicano” (p. 1034). Desse modo, o primeiro mito fica intrinsecamente ligado ao segundo – do novo nacionalismo – em função de ser preciso resgatar a noção do nacionalismo mítico:

O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre *slogan* ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’ resume, no essencial, este mito providencialista (ROSAS, 2001, p.1034).

A partir da narrativa de Silva, observa-se o modo como esses dois mitos foram inculcados aos portugueses, e de tal modo foi eficaz que, mesmo após dezessete anos de Salazarismo, em 1950, o povo ainda vacilava entre ver o regime como um sistema de repressão e manipulações ou acreditar que realmente era benéfico para a população:

Mas em mil novecentos e cinquenta as coisas não estavam ainda tão definidas, é isso que tento dizer. o certo e o errado eram difíceis de discernir. pois o Benfica ainda não se fizera glorioso, nem salazar parecia ainda o estupor que o povo pudesse reconhecer cabalmente. não sabíamos nada (p. 82).

A indecisão dos portugueses representada nas memórias do protagonista traduz-se também, muitas vezes, em aceitação ao nacionalismo, visto que ele era ensinado na escola de acordo com os valores estadonovistas, como lembra o octogenário: “quando as crianças daquele tempo estudavam lá lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva Salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem” (p.82). Desse modo, com base nos valores

nacionalistas ensinados, o protagonista ressalta que havia a crença “num país que se punha de orgulhos e valentias” (p.82) e essa crença estava ligada também ao quarto mito estudado por Rosas, o da ruralidade, que visava a valorização da terra, a afirmação de Portugal como um país agrário e a divulgação de uma visão telúrica, na qual o homem estava essencialmente ligado à sua terra.

Ainda que o mito da ruralidade não esteja totalmente representado no romance de Mãe, visto que a trama se direciona para uma vivência mais urbana, ele é fundamental para a compreensão de um dos aspectos mais criticados por Silva: a conformação dos portugueses com a pobreza. Isso porque o mito da ruralidade, ao mesmo tempo em que reafirmava o caráter essencialmente agrário de Portugal, representava também uma oposição à industrialização e a modernização do país.

Se, por um lado, a terra era vista como “a primeira e a principal fonte da riqueza possível, o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias” (ROSAS, 2001, p.1053), por outro, isso representava “um discurso [...] de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarização, ou seja, de fundamentação de [...] uma vocação rural da nação” (ROSAS, 2001, p.1053). Portanto, a vocação rural determinaria a pobreza do país e embasaria o quinto mito analisado pelo historiador português:

[...] o *mito da pobreza honrada*, o *mito da ‘aurea mediocritas’*, um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, ‘a ausência de ambições doentias e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautavam o supremo desiderato salazaristado ‘viver habitualmente’, paradigma da felicidade possível. E, portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo, ‘uma vocação de pobreza’ (ROSAS, 2001, p.1053).

Esse mito é representado por António Silva como a aceitação e conformidade do povo português com a pobreza: “se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida” (p.82). Trata-se de um dos pontos mais veementemente criticados pelo narrador, que também revela como o governo se apropriou de alguns ícones portugueses a fim de que modelassem e reforçassem junto ao povo a noção de pobreza honrada. Em determinada passagem, o protagonista refere-se ao discurso da cantora de fados Amélia Rodrigues: “não é desgraça ser pobre, punha-se a amália a dizer, e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho” (p.134). Observa-se que o diminutivo é usado para atenuar a noção de pobreza, como a suavizar o fato de que o conforto era parco, mas que excedia o afeto na casa portuguesa, como a referenciar a ênfase em uma vivência pacífica, baseada na importância do coletivo. Nessa passagem da trama, destaca-se também que os alimentos postos à mesa, o pão e o vinho, reforçam o mito da ruralidade, enfatizando a inter-relação com a pobreza honrada.

Ademais, esse mito da pobreza também está relacionado aos dois últimos analisados por Rosas: o da ordem corporativa e o da essência católica da unidade nacional. A aceitação da pobreza impôs um processo de resiliência, no qual o português teve que aprender a lidar com essa condição financeira de penúrias, que se torna condição nacional. Logo, o mito da ordem corporativa valoriza a coletividade e a noção de que cada um é responsável pelo bem-estar do coletivo. António Silva, em sua narrativa, assim representa a sensação de responsabilidade coletiva:

Havia uma decência, com um tanto de massacre, sem dúvida, mas uma decência que criava um porreirismo fiável que inculcava em todos um respeito inegável pelo coletivo, porque estávamos comprometidos em sociedade, por todos os lados cercados pela ideia de sacrifício, pela crença de que o sacrifício nos levaria à candura e de que a pureza era possível. Iamos ser todos dignos da cabeça aos pés. Tínhamos ainda palavra de honra (p.82).

Por sua vez, o mito da essência católica também se erige a partir da conformação com a pobreza e a preocupação com o coletivo. Para Rosas (2011, p. 1036):

O sétimo e último, *o mito da essência católica da identidade nacional*, entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua história. [...] Esclarecia ainda Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: ‘Uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações’. Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da nação portuguesa.

A relação entre o Estado e a Igreja consagra Portugal como um país essencialmente católico e, no romance de Mãe, isso é representado e problematizado, de modo mais precípuo, pela referência à Nossa Senhora de Fátima. O protagonista estabelece com a imagem dessa santa uma relação de repulsa e humanização, a qual será analisada de modo mais específico ao longo desse estudo. Entretanto, não é somente a alusão à santa que chama a atenção, pois Silva questiona também o modo como o relacionamento entre o Estado e a Igreja diretamente afetaram a educação portuguesa, promovendo uma aprendizagem que, na verdade, deseducou os portugueses, pois os tornava “cegos” para os abusos cometidos no governo de Salazar:

[...] toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem comportada. assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida; porque éramos todos muito robustos, na verdade, que povo robusto o nosso, a atravessar aquele deserto de liberdade que nunca mais acabava mas que também não saberíamos ainda contestar (p. 82).

Explicita-se, que a manipulação em torno dos portugueses foi tão enfática que originou o sentimento geral de comodidade e aceitação, dificultando, assim, que contestassem essa situação. Em outro trecho da narrativa, durante uma conversa com os seus companheiros de asilo, Cristiano Silva, que a essa altura também já está no Lar da Feliz Idade, comenta:

É muito difícil tirarmos das ideias a educação que nos deram de crianças. Podemos ser todos inteligentes como super-homens, adultos feitos à maneira e pensantes livremente, mas a educação que nos dão em criança tem amarras para a vida inteira e, discretamente, aqui e acolá os tiques fascistas hão de vir ao de cima. já nem nos damos conta (p. 90-91).

No trecho citado, Cristiano referencia as amarras que regem os portugueses em virtude da educação que tiveram, com orientações fascistas, e o modo como isso interferiu no processo de resistência ao salazarismo, visto que sempre aprenderam a obedecer, a não contestar as diretrizes do Estado Novo. E esse foi, por certo, um dos mais importantes modos de controlar os portugueses e impingir-lhes a censura, cercear-lhes a liberdade. Não apenas porque a polícia portuguesa a tudo controlava, mas também porque a noção de coletividade e responsabilidade social construída levava os portugueses a se vigiarem e denunciarem aqueles que se posicionavam de modo contrário ao governo.

Silva, o narrador, ao rememorar um diálogo com sua esposa, relata sobre como era difícil romper com os ideais salazaristas em virtude do contexto histórico e ideológico vivenciado:

E eu começara a um bom tempo a comentar com a Laura que nos punham de boca fechada porque o ditador achava que sabia tudo por nós. Vai lá, português pequenino, fica sossegado e quieto no teu canto que para pensar estou cá eu, tão sapiente e doutor. e ele pensava que éramos de facto todos inertes e cordeiros, obrigados às manifestações de louvor e proibidos de contestação. O Salazar pensava, na verdade, que na pior das hipóteses eram todos como eu, um pai de família acima de tudo, cuja maior rebeldia será abdicar da igreja, mesmo assim discretamente (p.132).

Pelo fragmento percebe-se que, gradativamente, a concepção de Silva sobre Salazar muda e essa nova orientação o leva a perceber as ações ditatoriais do governo, do mesmo modo que também fica mais nítida a manipulação ideológica orientada para a construção do homem estadonovista português. Nesse trecho da narrativa, o octogenário igualmente analisa o catolicismo com mais rigidez e já delinea o quanto se afastara dessa religião. Entretanto, em função da constante vigilância coletiva e policial, até mesmo o afastamento religioso precisava ser feito de modo discreto e não declaradamente público. Esse cuidado que Silva tem ocorre em razão da tentativa de preservar a sua família e tentar mantê-la livre de suspeitas, evitando, assim, qualquer ato de violência contra ela.

Em virtude de rememorar o governo fascista, as lembranças do protagonista também revelam dolorosos momentos em que predominava a violência física e psicológica contra o cidadão que se mostrasse oponente ao regime ou mesmo que apenas discordasse de algumas ações políticas do governo. Ainda que essa pressão dos governantes seja representada pelos medos coletivos, Silva narra ao leitor suas memórias acerca de um jovem comunista, um entusiasta da oposição a Salazar. Oscilando entre a admiração pela coragem do jovem rapaz e o temor de que fosse delatado como um opositor ao Salazarismo, Silva, na primeira vez em que encontra o jovem, decide escondê-lo da PIDE, a polícia portuguesa: “eu olhei para aquele homem que ali se pôs diante de mim, emudecido de medo, e indiquei-lhe o compartimento interior da barbearia, [...] o homem imediatamente entrou ali e se agachou calado a fazer silêncio” (p.131). Logo após Silva esconder o homem em sua barbearia, aparece a polícia à procura do comunista e, ainda que tremesse de medo, o protagonista engana os policiais e vai para casa, deixando o jovem trancado em seu estabelecimento comercial. O narrador assim define o rapaz: “um homem muito mais jovem do que eu, ao contrário de ter se habituado à ditadura, andava a miná-la como sabia, criando brechas aqui e acolá para que ao menos se soubesse que o povo gangrenava descontente” (p.132) e, com base nessa passagem, observa-se que há um tom de certa admiração nas palavras do protagonista em relação ao jovem comunista.

Ainda que houvesse uma parcial admiração, entretanto, contigenciado pelo contexto histórico-social do salazarismo, o narrador tende à preservação da sua família e, por essa razão,

quando esconde o fugitivo, o protagonista não conta a ninguém sobre esse seu ato subversivo, nem mesmo a Laura, que era a sua fiel companheira, por temer a reação dela:

Entrei em casa como se nada fosse e não disse palavra à Laura sobre o assunto. O seu coração humano entenderia talvez o gesto, mas os filhos [...] davam-lhe medos e prudências para tudo. Preferiria, tenho a certeza, que nunca nos arriscássemos a nada. Era o modo que tinha de fazer a sua parte pelo mundo. Não bulir com coisa alguma. Não arranjar nem querer confusões. Por isso não gostava que eu discutisse com ela as coisas da política. Queria que a política não fosse um assunto lá de casa. Haveríamos de apreciar a poesia, o folclore e uns fados (p.133).

O comportamento de Laura, ao mesmo tempo em que representa uma postura ensinada pelo Salazarismo, a de conformidade com a situação social, econômica e política de Portugal, igualmente denota o temor comum a todos os que percebiam além das aparências do regime, mas que precisavam disfarçar essa percepção para sobreviver, pois, como diz Silva, “o que o estado novo menos queria de nós era a resistência, a manifestação de uma ideia diferente como sinal de esforço para sairmos do meio da carneirada” (p.132).

Após deixar o rapaz trancado na barbearia, Silva retorna no dia seguinte para abrir o seu comércio como habitualmente fazia todas as manhãs. Ainda que estivesse com muito medo, ele encontra o jovem nos fundos da loja e os dois começam a conversar. Nessa passagem, a violência da ditadura salazarista é retratada de modo mais enfático por meio das revelações que o jovem faz: “e ele acrescentou, isto agora está mesmo a rebentar. mataram uma rapariga, sabia, perguntava ele. andam a matar cada vez mais gente e isto agora vai abanar. o povo tem de ser livre, senhor, o povo tem de ter paz” (p.135). A partir desse encontro, aparentemente, estabelece-se uma relação de amizade entre António Silva e o jovem.

Durante nove anos, o rapaz segue sua vida com algumas visitas esporádicas à barbearia de Silva, sempre levando notícias sobre a oposição ao Estado Novo. Entretanto, mesmo que se sentisse de algum modo satisfeito a cada visita do jovem por saber que alguém lutava contra aquele sistema, o protagonista também via crescer o medo de que delatassem a presença do comunista em seu comércio e isso o levasse à prisão. Na tentativa de evitar que isso ocorresse, ambos fizeram um acordo, no qual combinaram que o rapaz não levaria à barbearia nenhum tipo de panfleto ou livro comunista a fim de não levantar suspeitas. Contudo, no ano de 1971, com o Estado Novo já sob o comando de Marcello Caetano, Silva sucumbiu à pressão da PIDE e denunciou o seu cliente comunista, que foi preso na frente do narrador:

No dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e setenta e um, quando entraram na minha barbearia os pides que levaram o rapaz que, nove anos antes, eu ajudara a escapar, achei que fazia o que tinha de fazer. e assim me senti como a saber e a arquivar o assunto como algo que ocorrera, com outras pessoas, verdadeiramente como algo de que soubesse apenas a partir da televisão (p.175)

A indiferença do protagonista quanto à prisão do rapaz, a princípio, pode parecer contraditória frente à admiração que ele sentia pela coragem do jovem. Entretanto, é preciso considerar que Silva vivia uma condição muito complexa e tensa, não apenas sob a pressão da PIDE e do regime, mas também em relação à sua condição de chefe de família, daquele que deveria proteger a mulher e os filhos. É na conjuntura dessas características que ele opta por entregar o cliente e continuar sobrevivendo em meio à ditadura. Para pressioná-lo, a polícia primeiro rondou Laura e, depois, cercou-lhe numa noite em que chegava em casa:

Eu entregara-o três dias antes. os pides andavam às perguntas à Laura, que genuinamente não sabia de nada, e achavam que pelo pé da nossa família tinha de haver lixo. apanharam-me a chegar a casa e entraram para um café e umas horas de inquérito. eu não tinha informações, era apenas um barbeiro e, por mais que se converse em uma barbearia, nunca se fala de outra coisa que não futebol, mulheres bonitas e doenças. e depois reiteraram a ideia, foram muitos concretos, achavam que um cliente do meu estabelecimento estava na resistência, pertencia a uma oposição agressiva, de passar armas entre os malfeitores e atentar contra a ordem pública que era preciso preservar [...] assim que me vi em segurança, comecei a colaborar. passei em revista os clientes. um a um como a lembrar-me de um a um a preceito. sabia que chegaria àquele e que, se levantasse uma suspeita, eles teriam o resto para incriminá-lo. assim o fiz. comecei por dizer o seu nome, depois descrevi-o fisicamente em traços breves (p.174).

Na velhice, já no asilo e tempos passados após a prisão do jovem comunista, o narrador revela sua impressão acerca do comodismo e da suposta indiferença que ele teve de construir para entregar o rapaz:

Tudo era para que não praticássemos cidadania nenhuma e nos portássemos apenas como engrenagem de uma máquina a passar por cima dos nossos ombros, complexa e grande demais para lhe percebermos o início, o fim e o fato de cultivar a soberba de um só homem. tudo contribuía para essa cidadania de abstenção, para que apenas a recebêssemos por título honorífico enquanto prosseguíssemos sem manifestação. como se humilham as mulheres enquanto homens honorários, nós éramos gente exclusivamente por generosidade do ditador. portei-me como tal. um mendigo de reconhecimento e paz. fui, como tantos, um porco (p.175).

Essa consciência de Silva sobre sua covardia torna-se dolorosa, mas amenizada pela certeza de que o regime era mesmo implacável e, portanto, tratava-se de sobrevivência. A esse cenário de muita opressão imposta pelo regime, as memórias do protagonista levam-no a revisitá-lo, questioná-lo e debatê-lo, observando também o modo como esse passado contingenciou a dura realidade contemporânea em Portugal. Dessa forma, a rememoração da história portuguesa ou, de modo mais específico, do salazarismo, torna-se elemento essencial para a reconfiguração dessas memórias, propiciando uma problematização das angústias do tempo presente em virtude dos sofrimentos do tempo passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em **a máquina de fazer espanhóis**, quando António Silva é levado para o Lar da Feliz Idade por sua filha Elisa, ele precisa reaprender a viver, tanto fora de seu verdadeiro lar quanto sem a companhia da sua amada Laura. A princípio, Silva se recusa a conversar com as pessoas do asilo e, de modo muito doloroso, vê o seu mundo ruir. Esse espaço propicia ao narrador a oportunidade de rever suas memórias e reconstruir a vida em meio a dor e aos novos companheiros. Por seis dias Silva emudece e não permite a aproximação de ninguém. Contudo, por força das circunstâncias, ele acaba desenvolvendo alguns laços afetivos no asilo e, em meio às conversas e rememorações, o protagonista revisita a história de Portugal. Nesse processo, estabelece-se uma discussão em torno da memória coletiva portuguesa, representada a partir da subjetividade de um homem que vivenciou o regime salazarista.

Discutir a memória com base em alguns fatos históricos implica observar a trajetória de um país que já tivera planos de ser um grandioso império, que conquistara e colonizara terras além-mar, mas que não conseguira manter toda a sua imponência e, por isso, voltou-se aos caminhos interiores da terra portuguesa. Desse modo, quando o Estado Novo surgiu com a sua imposição cultural e o projeto de construir o homem estadonovista, foi preciso direcionar o discurso ao que era mais caro aos portugueses: o nacionalismo. Entretanto, logo veio aos portugueses a percepção de que a condução nacionalista era também fascista e, ao fim de quarenta e um anos, a Revolução dos Cravos trouxe, dois anos após o movimento militar, a democracia de volta aos portugueses. Nesse tempo, era preciso então pensar novamente a nação: como reconstruí-la? Quais os novos (ou velhos?) caminhos a seguir?

Lançado em Portugal trinta e seis anos após o 25 de abril de 1974, **a máquina de fazer espanhóis** retoma questionamentos acerca da situação portuguesa, contudo, de modo mais veemente, apresenta uma memória agonizante, pessimista, como se já fosse tarde demais para as respostas esperadas.

De modo enfático, a narração de Silva questiona o que é ser português, quais os delineamentos da cultura portuguesa e de que forma fora construído o orgulho nacional. Por meio de tais questionamentos, o romance apresenta uma discussão sobre a nova configuração da cartografia sociocultural portuguesa, bem como a estranha sensação de deslocamento que parece acompanhar Portugal

Se desde a expansão ultramarina os portugueses esperaram pela afirmação da pátria como importante país europeu, o que ocorreu, de fato, foi a condução para uma situação que se torna caótica na atualidade, representada no romance por uma complexa desesperança frente ao presente, pois se compreende que a agonia é tanta que parece não mais haver um futuro que seja diferente da atual realidade. No trecho final de **a máquina de fazer espanhóis**, representando esse desalento, há justamente uma referência à angústia de Silva: “[...] o que sente, senhor silva. e eu repeti, angústia, sinto angústia” (p.250).

Nesse processo de reflexão, ganha relevo o sentimento de “agonia” que marca todo o texto. No **Dicionário Houaiss Eletrônico**, como verbete simples, encontra-se, para esse termo, uma série de sentidos importantes colocados nesse pensar sobre Portugal, propiciado pela narrativa de Mãe:

1. Med. Conjunto de sintomas e manifestações de caráter mórbido que acometem pessoa ou animal na iminência da morte; o estado, a circunstância e o tempo em que se manifestam [...].
2. Fig. Sentimento aflitivo muito intenso e angustiante, sofrimento, de origem física ou emocional [...].
3. Desejo ardente, ânsia impaciente por algo [...].
4. Fig. Decadência (de alguém ou algo, de um processo etc.) que leva ao fim, ou à morte [...].
7. Indecisão, hesitação, demora em fazer ou decidir algo.

Iminência da morte, aflição, sofrimento, desejo impaciente, decadência, indecisão: afinal, sobre Portugal parece ainda ecoar o verso (agonístico?) de Pessoa: “É a hora”. Porém, esse tom de agonia não deixa espaço a uma perspectiva minimamente esperançosa: não sobraram mitos, não sobraram ritos – apenas resta o compartilhamento de um sofrimento que nem a morte é o bastante para dizimar.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Dicionário Houaiss Eletrônico. Acesso em: 24/03/2013. Disponível em:
<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbeta>

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MÃE, Valter Hugo. **a máquina de fazer espanhóis.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). **Memória e cultura:** a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

NAMER, Gérard. –Postfácio– a Maurice Halbwachs. In: HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria** – Barcelona: Anthropos. 2004

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** – Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. 35, n. 157, 2001, 1031-1054.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Recebido em 31/03/2013.
Aprovado em 20/11/2013.